



PROJETO DE LEI Nº , DE 2020
(Do Senhor Deputado DANIEL DONIZET)

Altera a Lei n. 4.060, de 18 de dezembro de 2007, que "*Define sanções a serem aplicadas pela prática de maus-tratos a animais e dá outras providências*".

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º A Lei n. 4.060, de 18 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

.....

V – apreensão, perda da guarda ou tutela do animal;

....."

"Art. 7º No caso da aplicação da sanção prevista no art. 2º, V, fica o animal vítima de maus-tratos sob a guarda das pessoas e instituições mencionadas no § 5º deste dispositivo até julgamento do processo administrativo.

§ 1º A destinação dos animais resgatados na forma desta Lei tem por objetivo a garantia do seu bem-estar.

§ 2º Ao final do processo administrativo, pode a autoridade competente determinar a perda da guarda ou tutela do animal e a subsequente doação, vedada a doação de animais silvestres.

.....

§ 4º O animal resgatado, se for silvestre, será destinado conforme legislação em vigor.

§ 5º O animal resgatado, se não for silvestre, fica sob a guarda de:

.....

II - associação civil, sem fins lucrativos, que tenha por finalidade estatutária a proteção de animais e possua mais de 1 (um) ano de constituição e funcionamento;

III - pessoa física ou jurídica cadastrada no órgão ambiental com essa finalidade, cujo perfil, a critério da autoridade pública competente, seja conveniente para o cuidado do animal.

§ 6º O infrator só poderá continuar com guarda do animal em casos excepcionais, quando todas as alternativas elencadas no § 5º restarem frustradas.

§ 7º O animal resgatado somente será destinado à eutanásia em casos confirmados por laudo veterinário como condição que leve ao sofrimento irreversível do animal.

....."

Art. 2º O art. 3º da Lei n. 4.060, de 18 de dezembro de 2007, passa a vigorar

acrescido dos seguintes incisos:

“Art. 3º

.....

XXXVII – usar animais em provas de perseguição, laceio ou derrubada em vaquejadas no Distrito Federal;

XXXVIII – aplicar ou ministrar medicamento “anti-cio” em fêmeas de cães e gatos, exceto nos casos de intervenção médica;

XXXIX – circular com veículo de tração animal em áreas urbanas ou vias públicas pavimentadas.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo promover algumas alterações na Lei n. 4.060, de 12 de dezembro de 2007, para alinhar o seu texto aos avanços no sentido de deixar de considerar os animais como objetos (coisas), uma vez que atualmente já estão muito próximos de ter natureza jurídica *sui generis*, como sujeitos de direitos despersonalizados, nos termos do Projeto de Lei Complementar 27/2018, de autoria do nobre Deputado Ricardo Izar já aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal com emendas, fato este que culminou com a retomada do novo texto para àquela Casa de Leis.

Nesse sentido, as alterações propostas por meio deste projeto visam substituir os termos que acabam por considerar os animais como objetos, a exemplo do vocábulo isolado “apreensão” constante no inciso V do art. 2º, da expressão “fiel depositário” inserta no *caput* e no § 6º do art. 7º, das palavras “apreendidos”, “confiscados” e “perdimento” mencionadas nos §§ 1º, 2º, 4º, 5º e 7º, todos também do art. 7º.

Com isso, julgamos mais pertinente e adequado ao novo e justo *status* jurídico concedido aos animais, entender que eles foram resgatados e não apreendidos ou confiscados e que não houve perdimento, mas sim, perda da guarda ou tutela, bem como de que não se nomeia um depositário fiel, mas sim, alguém que irá exercer a guarda ou tutela provisória até conclusão de determinada apuração.

Aqui importante que se diga, que essas alterações muito mais que um simples capricho ou preciosismo representam grandes avanços na defesa dos animais e são esses “pequenos gestos” que ajudarão a consolidar o tratamento correto que se deve dispensar aos nossos bichinhos.

Destaca-se que dado o grau de vulnerabilidade em que vivem esses animais vítimas de abusos, maus-tratos, ferimentos ou mutilações, somados a evolução do pensamento humano no sentido de avançar na proteção e no reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, ainda que despersonalizados, é que se tornam necessárias as alterações aqui propostas, de maneira que possa incluir esses animais em condições mais adequadas e propícias no contexto social em que devem viver.

Por outro lado, o presente projeto de lei também tem por objetivo fazer alterações para considerar o atrelamento de animais a veículo de tração animal em áreas urbanas ou vias públicas ou uso deles em provas de perseguição, laceio ou derrubada em vaquejadas no Distrito Federal como maus-tratos, haja vista que tais ações, por si só, já causam sofrimento e abalo psicológico aos animais, daí a necessidade das inclusões propostas nesse sentido ao art. 3º que apresenta o rol das condutas consideradas como maus-tratos.

Também confere pequeno ajuste ao inciso II do parágrafo 5º do art. 7º para acrescentar que a associação civil, sem fins lucrativos, interessada em obter a guarda de animais resgatados tenha mais de 1 (um) ano de constituição e funcionamento.

Por fim, sempre oportuno salientar que o projeto ora proposto também vai ao

encontro do que preceitua a Carta Magna, mais especificamente no que determina o artigo 225, § 1º, VII. Segundo a exegese do referido dispositivo constitucional "*é dever do Estado e da coletividade zelar pelos animais e, ao mesmo tempo, impedir práticas que os submetam à crueldade*".

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em ...

DEPUTADO DANIEL DONIZET
PSDB/DF



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL XAVIER DONIZET - Matr. 00144**, **Deputado(a) Distrital**, em 10/08/2020, às 07:26, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **0174166** Código CRC: **288A9F87**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 15– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-8152
www.cl.df.gov.br - dep.danieldonizet@cl.df.gov.br

00001-00026216/2020-29

0174166v2

LEI Nº 4.060, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.
DODF de 24.12.2007

Define sanções a serem aplicadas pela prática de maus-tratos a animais e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal promulga, nos termos do § 6º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, a seguinte Lei, oriunda de Projeto vetado pelo Governador do Distrito Federal e mantido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Art. 1º A prática de maus-tratos a animais verificada em local público ou privado, quer o infrator seja ou não o respectivo proprietário, resultará na aplicação de multa, sem prejuízo de outras cominações legais.

Art. 2º Para efeito do disposto no art. 1º desta Lei, ficam estipulados os seguintes valores a serem aplicados a título de multa, a critério dos órgãos competentes, aos infratores:

I – infração leve: R\$ 200,00 (duzentos reais);

II – infração média: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);

III – infração grave: R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

§ 1º O agente, ao lavrar o auto de infração, indicará a multa prevista para a conduta, observando, quanto à graduação, a definição contida no art. 20 do Decreto nº 19.988, de 30 de dezembro de 1998, e ainda:

I – a gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências;

II – os antecedentes do infrator;

III – a situação econômica do infrator.

§ 2º Nos casos de reincidência, os valores das multas serão aplicados em dobro.

§ 3º As multas, bem como as demais ações que couberem, obedecerão a processos administrativos competentes.

§ 4º Os valores das multas de que trata esta Lei serão corrigidos anualmente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por maus-tratos:

I – praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;

II – manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz;

III – obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que, razoavelmente, não se lhes possam exigir senão com castigo;

IV – golpear, ferir ou mutilar, voluntariamente, qualquer órgão ou tecido animal, exceto a castração, só para animais domésticos, ou operações outras praticadas em benefício exclusivo do animal e as exigidas para defesa do homem, ou no interesse da ciência;

V – abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária;

VI – não dar morte rápida, livre de sofrimentos prolongados, a todo animal cujo extermínio seja necessário, para consumo ou não;

VII – abater para o consumo ou fazer trabalhar os animais em período adiantado de gestação;

VIII – atrelar animais a veículos sem os apetrechos indispensáveis, como balancins, ganchos e lanças, ou com arreios incompletos;

IX – utilizar, em serviço, animal cego, ferido, enfermo, fraco e extenuado;

X – bater, golpear ou castigar por qualquer forma um animal caído sob o veículo ou com ele, devendo o condutor desprendê-lo para que se levante;

XI – descer ladeiras com veículos de tração animal sem utilização das respectivas travas, cujo uso é obrigatório;

XII – deixar de revestir com couro ou material com idêntica qualidade de proteção as correntes atreladas aos animais;

XIII – prender animais atrás dos veículos ou atados às caudas de outros;

XIV – fazer viajar um animal a pé mais de 10 quilômetros sem lhe dar descanso, ou trabalhar mais de 6 horas contínuas sem lhe dar água e alimento;

XV – conservar animais embarcados por mais de 12 horas sem água e alimento;
XVI – conduzir animais, por qualquer meio de locomoção, colocados de cabeça para baixo, de mãos ou pés atados, ou de qualquer outro modo que lhes produza sofrimento;
XVII – transportar animais em cestos, gaiolas ou veículos sem as proporções necessárias ao seu tamanho e ao número de cabeças, e sem que o meio de condução em que estejam encerrados esteja protegido por uma rede metálica ou idêntica que impeça a saída de qualquer membro do animal;
XVIII – encerrar em curral ou outro lugar animais em número tal que não lhes seja possível mover-se livremente, ou deixá-los sem água e alimento mais de 12 horas;
XIX – deixar sem ordenhar as vacas por mais de 24 horas, quando utilizadas na exploração do leite;
XX – ter animais encerrados juntamente com outros que os aterrorizem ou molestem;
XXI – ter animais destinados à venda em locais que não reúnam as condições de higiene e comodidade relativas;
XXII – expor, nos mercados e em outros locais de venda, por mais de 12 horas, aves em gaiolas, sem que se façam nestas a devida limpeza e a renovação de água e alimento;
XXIII – despelar ou depenar animais vivos ou entregá-los vivos à alimentação de outros;
XXIV – ministrar ensino a animais com maus-tratos físicos;
XXV – exercitar tiro ao alvo sobre patos ou qualquer animal selvagem, exceto sobre os pombos, nas sociedades e clubes de caça inscritos no Serviço de Caça e Pesca;
XXVI – realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécie diferente, rinhas, touradas e simulacros de touradas, ainda que em lugar privado.

Parágrafo único. Com o fim de evitar os maus-tratos constantes no inciso II deste artigo, a construção de canil deverá ter medidas mínimas de 2m x 2m (2 metros por 2 metros).

Art. 4º São solidariamente passíveis de multa e da ação civil que couber os proprietários de animais e os que os tenham sob sua guarda ou uso.

Art. 5º Em qualquer caso, será legítima, para garantia da cobrança da multa ou da ação civil, a apreensão do animal ou do veículo, ou de ambos.

Art. 6º Fica proibida a utilização de animais, de qualquer espécie, em apresentação de circos e congêneres, no âmbito do Distrito Federal.

§ 1º Somente será admitida exceção ao disposto no caput se houver autorização expressa do órgão competente de proteção ao meio ambiente do Governo do Distrito Federal, em que deverá constar que os animais não são vítimas de maus-tratos.

§ 2º Para a realização dos trabalhos com vistas à emissão da autorização de que trata o parágrafo anterior, o Poder Executivo poderá firmar acordos ou convênios com entidades que atuam na defesa e proteção de animais.

Art. 7º A autoridade que tomar conhecimento de qualquer infração desta Lei poderá ordenar o confisco do animal ou animais nos casos de reincidência.

§ 1º O animal apreendido, se próprio para consumo, será entregue a instituições de beneficência, e, em caso contrário, será promovida a sua venda em benefício de instituições de assistência social.

§ 2º Se o animal apreendido for impróprio para o consumo e não mais estiver em condições de prestar serviços, será abatido.

Art. 8º Os órgãos que integram a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal prestarão aos membros das sociedades protetoras de animais a cooperação necessária para fazer cumprir a presente Lei.

Art. 9º Para os fins desta Lei, a palavra animal compreende todo ser irracional, quadrúpede ou bípede, doméstico ou selvagem, exceto os daninhos.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 2007.
DEPUTADO ALÍRIO NETO
Presidente



PROPOSIÇÃO - PL 1353/2020

LIDO EM: 11/08/2020

Brasília, 11 de agosto de 2020



Documento assinado eletronicamente por ANNA CAROLINE DE ARAUJO LIMA - Matr. 22638, Assessor(a) de Apoio à Atividade do Plenário, em 11/08/2020, às 17:25, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: 0176414 Código CRC: A9ADD933.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10- CEP 70094-902- Brasília-DF- Telefone: (61)3348-8275
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br

00001-00026216/2020-29

0176414v2



DESPACHO

Ao **SPL** para indexações, em seguida ao **SACP**, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito, na **CDESCTMAT** (RICL, art. 69-B,"j") e, em análise de admissibilidade na **CCJ** (RICL, art. 63, I).

MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS
Assessor Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS** - **Matr. 13821**, **Secretário(a) Legislativo - Substituto(a)**, em 13/08/2020, às 17:42, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **0176415** Código CRC: **F8B2FD66**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-8275
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br

00001-00026216/2020-29

0176415v2